Libertação Nacional e Construção de uma Agenda Continental Africana: Kwame Nkrumah e a formação da Organização da Unidade Africana¹

National Liberation and the Construction of an African Continental Agenda: the role of Kwame Nkrumah in the formation of the Organization of African Unity²

Liberación nacional y la construcción de una agenda continental africana: Kwame Nkrumah y la formación de la Organización de la Unidad Africana³

Analúcia Danilevicz Pereira⁴

Camila Castro Kowalski⁵

Carla Márcia Pagliarini⁶

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2019v16.n2.p25

Recebido em: 31 de março de 2019
Aceito em: 12 de agosto de 2019

Resumo

O artigo analisa o papel de articulação política de Kwame Nkrumah. Sustenta-se que sua iniciativa para criar espaços de concertação contribuiu para formar uma agenda continental africana. Embora as disputas típicas ao processo de construção política dos Estados tenham inviabilizado a unidade efetiva, não impossibilitaram a formação da agenda continental.

Palavras-chave: Organização da Unidade Africana. Kwame Nkrumah. Pan-Africanismo.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

3 Este estudio fue financiado en parte por la Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiación 001.

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos e editora do Brazilian Journal of African Studies. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2188-8470>.

5 Doutoranda em Ciência Política e Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora assistente do Centro Brasileiro de Estudos Africanos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8296-4513>.

6 Mestra em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9868-4548>.

Abstract

This article analyzes Kwame Nkrumah's political articulation. It is argued that his initiative to create places of political cooperation has helped to build an African continental agenda. Although the disputes typical of the political process of state building have made it impossible to establish effective unity, they have not prevented the construction of a continental agenda.

Keywords: *Organization of African Unity. Kwame Nkrumah. Pan-Africanism.*

Resumen

Este artículo analiza el papel de articulación política de Kwame Nkrumah. Se argumenta que su iniciativa para crear espacios de concertación ha ayudado a construir una agenda continental africana. Aunque las disputas típicas del proceso político de construcción del estado han hecho imposible establecer una unidad efectiva, no han impedido la construcción de una agenda continental.

Palabras clave: *Organización para la Unidad Africana. Kwame Nkrumah. Panafricanismo.*

Introdução

O final da década de 1950 e o início dos anos 1960 foram marcados pela atuação de movimentos de libertação nacional em toda a África. O continente passou a ser cenário da Guerra Fria, com atuação das superpotências, ao mesmo tempo em que se mantinham, por parte das ex-metrópoles coloniais, mecanismos de controle. Os processos de independência foram fortemente influenciados tanto pela política dos Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) quanto pela manutenção dos laços de dependência com as antigas metrópoles.

Nesse quadro, cabe chamar atenção para a independência de Gana em 1957, que embora não tenha sido pioneira foi uma das mais significativas para o movimento de emancipação dos demais países africanos. Gana foi o primeiro país da África Subsaariana a se libertar do jugo colonial. Ademais, o primeiro presidente ganês, Kwame Nkrumah (1909-1972), foi um dos articuladores da Organização da Unidade Africana (OUA) e um influente defensor do pan-africanismo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a articulação política de Nkrumah ao conciliar o processo de luta pela libertação nacional nos países africanos com o desenvolvimento da ideia de unidade continental. Utilizaremos análise histórica e pesquisa bibliográfica descritiva para explorar o papel do líder ganês na difusão do Pan-africanismo e na construção de uma agenda africana.

Pós-segunda guerra mundial e as lutas de independência

O pós-Segunda Guerra Mundial foi definido por uma nova realidade geopolítica mundial. Babou (2010), ao abordar o fim do domínio britânico no continente africano, afirma que a conjuntura geopolítica internacional do pós-guerra, por si só, não levou as potências imperiais europeias a desistir de suas colônias. Este tipo de argumento – destaca – incorre no risco de conceber os decisores políticos coloniais como entidades isoladas e autônomas, impermeáveis às mudanças que ocorrem nas colônias e motivadas unicamente por suas considerações metropolitanas.

É claro que o processo de emancipação esteve relacionado à dinâmica colonial, mas não exclusivamente. É preciso entender também as questões de poder internas. Não se pode pensar que houve apenas um caminho para que os novos países africanos se integrassem ao sistema de Estados. Foram algumas vias: a do neocolonialismo – uma forma de acomodação com as antigas potências coloniais; a da barganha – países que se utilizaram da divisão entre o Ocidente e o bloco socialista no cenário da Guerra Fria para obter vantagens; as revoluções – Estados que se aproximaram do bloco socialista e desenvolveram seu processo de independência pela via revolucionária; e ainda os casos de movimentos de libertação claramente aproximados do bloco socialista que não lograram chegar ao poder no contexto do processo de independência, mas que sempre foram um “peso” na balança de poder interna (a exemplo do Congresso Nacional Africano na África do Sul). Esta diversidade de experiências demonstra que, embora condicionantes externos existam, a dinâmica política africana decorre também de processos autóctones.

É neste sentido que o estudo da criação da OUA se torna tão importante. Geralmente, qualquer discussão a respeito de integração entre Estados toma como norte a integração europeia. Entretanto, o continente africano iniciou tão precocemente quanto a Europa um processo de integração, embora por outro caminho (guiado mais pelo interesse de articulação política do que pelo interesse econômico-comercial). O fato de ter buscado na unidade a força para a autonomia mostra como a África oferece ricos elementos para o debate teórico na Ciência Política e nas Relações Internacionais.

O contexto internacional do momento em que a maior parte dos Estados africanos tornaram-se independentes (isto é, a segunda metade do século XX) era de grande agitação anticolonial por todo

o continente. Levantes armados em Madagascar, Tunísia e Camarões, bem como movimentos não violentos na Costa do Marfim foram brutalmente reprimidos pela França, enquanto o Reino Unido empregava métodos draconianos para conter a insurreição Mau-Mau no Quênia (SCHMIDT, 2013, p. 18-19). Nenhuma potência colonial aquiesceu à independência sem ter sofrido pressões internas, e mesmo quando o fizeram, confiavam que poderiam transferir o poder político a governos africanos que protegessem seus interesses econômicos e políticos.

A estratégia inglesa buscava diminuir seu custo de atuação direta no continente, mantendo ao mesmo tempo a sua influência econômica (através, por exemplo, da promoção e manutenção da *Commonwealth*). Já a França tentou manter o controle das suas colônias de forma mais coercitiva e direta, como a cooptação da elite política. Por fim, a resposta das potências coloniais mais desgastadas (Portugal e Bélgica) foi uma intensificação nos mecanismos de violência, buscando a qualquer custo manter os seus domínios (SCHMIDT, 2013)⁷.

A África continuou sendo fundamental para o funcionamento do sistema capitalista europeu, e de forma ainda mais intensa, no contexto de crise pós-Segunda Guerra Mundial. Isso exigiu dos africanos uma dupla capacidade de articulação: primeiro, pela independência política, e segundo, pela superação da sua posição dependente no sistema econômico mundial. Assim sendo, a busca pela construção de um sentido de solidariedade a nível continental não foi uma ilusão sentimental, mas decorreu da consciência da utilidade da cooperação para vencer este duplo desafio (CHAZAN, 1999, p. 361).

⁷ Além das antigas metrópoles, os EUA, a URSS, China e Cuba tiveram forte interação com o cenário africano neste período. Entretanto, por questões de espaço, optamos por focar na abordagem das ex-metrópoles.

Kwame Nkrumah e a independência de Gana

Apesar de ter se tornado independente apenas em 1957, a luta pela libertação de Gana remonta aos anos 1940. Um personagem-chave nesta luta, Kwame Nkrumah era um homem culto, que havia estudado nos Estados Unidos e Reino Unido – locais onde teve contato com estruturas de organização política de resistência e com intelectuais que o influenciaram. Entre as correntes teóricas que teve contato, destaca-se o Pan-africanismo, cujas origens remontam à experiência psicológica e social da diáspora africana (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Tendo-se desenvolvido no início do século XX, o Pan-africanismo surgiu questionando a forma como eram tratados, em todos os continentes, os afrodescendentes, décadas após o fim do tráfico de escravos. Desde os primórdios, esteve profundamente ligado às populações de ascendência africana do sul dos Estados Unidos e das Antilhas Britânicas e fundamentou-se em três eixos: o tráfico de escravos, a colonização europeia e a consciência de raça. Por isso, embora inicialmente estivesse associado, principalmente, à luta pelos direitos civis dos negros americanos, tratava-se de uma discussão teórica ampla o suficiente para ligar-se a outras causas – o que aconteceria mais tarde, quando passaria a ser associada à defesa da libertação dos países africanos do domínio colonial.

Os intelectuais que se ligavam ao movimento Pan-africano logo começaram a organizar publicações próprias e a promover eventos. Na primeira metade do século XX, ocorreram cinco Congressos Pan-africanos, nos anos de 1919, 1921, 1923, 1927 e 1945 – este último, ocorrido em Manchester, foi organizado por W. E. B. Du Bois, que “articulou claramente a demanda de soberania total para as colônias europeias em África e delineou uma estratégia para alcançá-la” (BABOU, 2010, p. 47).

No período entre o quarto e o quinto Congressos, a filosofia pan-africanista se desenvolveu por dois caminhos: o chamado “Pan-africanismo Continental” advogava pela união de Estados e povos dentro da África, através de uma união política ou cooperação internacional; já o “Pan-africanismo da Diáspora” retinha o *ethos* original relacionado à solidariedade entre todos os africanos e seus descendentes fora do continente (AYITTEY, 2010, p. 89). Ainda conforme Ayittey (2010), Nkrumah participou ativamente do evento ocorrido em Manchester, em 1945, e serviu como secretário-geral do Congresso Pan-Africano de 1945 a 1947.

De volta a Gana, Nkrumah foi um dos fundadores do Partido da Convenção Popular (CPP), cuja agenda política tinha como ponto principal a busca pela autonomia, mas que incluía também o desejo de “apoiar e ajudar de todas as maneiras possíveis o objetivo de uma África Ocidental unida e autônoma” (OKON, 2014, p. 58, tradução nossa).

Em 1951, o CPP obteve uma vitória esmagadora nas eleições para o Parlamento da Costa do Ouro, assumindo 30 dos 33 assentos e evidenciando a habilidade política de Nkrumah de criar uma frente unida de militantes pela independência. Este resultado se tornaria um ponto de inflexão na história da colonização da África Negra e seu respaldo popular evidenciaria a legitimidade da agenda política de Nkrumah, inclusive frente aos demais Estados africanos.

Quando Gana tornou-se independente, seis anos depois, a figura de Nkrumah estava mais forte politicamente do que nunca. Ele utilizou seu discurso por ocasião da emancipação para deixar claro o compromisso em apoiar outros países africanos na luta contra o colonialismo: “Nós vencemos a batalha e mais uma vez nos re-dedicamos... Nossa independência não terá sentido, a menos que esteja ligada à libertação total da África” (NKRUMAH, 1957, tradução nossa).

Este compromisso superava o discurso. Um dos primeiros atos de Nkrumah como presidente foi o de organizar duas importantes conferências em Acra: a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes (CIAS), em abril de 1958 e a Conferência de Todos os Povos Africanos, em dezembro de 1958. Ao fazê-lo, o líder ganês levava as discussões sobre o Pan-africanismo pela primeira vez a solo africano (OKON, 2014, p. 68) e tornava Acra um ponto de encontro para forças nacionalistas, sem a interferência de potências estrangeiras (HOUSER, 1988, p. 73). Vale lembrar que naquele momento já existiam oito Estados africanos independentes e nenhum movimento no sentido de uma unidade havia sido criado. A iniciativa era algo novo mesmo em termos culturais: pretendia unir os Estados do Magrebe e Subsaarianos, com enorme diversidade em termos de língua, religião e história.

Paralelamente à convocação das conferências, Nkrumah criou o Escritório para Assuntos Africanos (BAA), o Centro de Assuntos Africanos e o Instituto Kwame Nkrumah de Ideologia nos primeiros anos de governo (GRILLI, 2017, p. 296). O objetivo era apoiar outros territórios coloniais africanos na sua luta pela independência, o que aconteceu na prática: o BAA viabilizou a continuidade das atividades da União das Populações do Camarões (UPC) no exílio e abrigou ativistas e exilados do Egito, Quênia, Uganda, Malawi, Congo Belga, Angola, Lesoto, Zâmbia e Camarões, de 1958 a 1966 (TERRETTA, 2010). Gana também concedeu empréstimos e bolsas de estudos aos novos Estados africanos (BUAH, 1998, p. 188).

Nkrumah preocupava-se com uma possível balcanização da África (TUAFO, 2016, p. 30-38). Ele cita a divisão federativa da Nigéria em três regiões, que antes constituíam um governo unitário, como exemplo da política de “dividir para dominar” das antigas potências coloniais – que, segundo sua análise, continuavam buscando exercer o

controle político nos novos Estados (NKRUMAH, 1963, p. 56). Assim, o líder ganês, em contato com seus análogos na Guiné e no Mali, funda em abril de 1961 a União dos Estados Africanos (também chamada União Gana-Guiné-Mali), que visava harmonizar as políticas domésticas e externas dos seus membros, bem como construir um sistema de defesa conjunto e planejamento econômico comum.

A União dos Estados Africanos declarava-se aberta à adesão de qualquer Estado ou federação africana que concordasse com seus objetivos. A intenção era que servisse como piloto, levando a uma eventual unidade continental completa (NKRUMAH, 1963, p. 143). A questão era que regimes já estabelecidos, ou conservadores, eram reticentes quanto à criação de estruturas com poderes supra-nacionais (WALLERSTEIN, 1969, p. 37), dando preferência à ideia de *cooperação* econômica e cultural (BUAH, 1998, p. 188, grifo nosso). Apesar de rejeitada, a proposta colocava no centro da discussão a união política entre os africanos.

Agenda continental

A Guiné de Sékou Touré foi uma importante aliada de Gana. Para Wallerstein (1969), a União Guiné-Gana quebraria a “barreira linguística” dos países africanos, e mostraria que, para a formação de alianças, ter uma mesma língua era menos importante do que ter uma mesma orientação ideológica. Estes dois países, junto à Argélia (em guerra contra a França), tornaram-se o núcleo do grupo que buscava avançar a agenda da luta pela libertação nacional no continente africano. Eles entendiam que a unidade deveria relacionar-se a um compromisso político comum (que naquele momento era a emancipação) – por isso, Wallerstein (1969) sugere que sua proposta seria a de uma “unidade como movimento”.

A mesma mudança na legislação francesa que permitiu a Guiné emancipar-se conferiu autonomia a

outras repúblicas das antigas federações da África Ocidental Francesa (AOF) e da África Equatorial Francesa (AEF). Estas, entretanto, preferiram manter-se dentro da Comunidade Franco-Africana. Seu tamanho (muitas eram pequenas ou escassamente povoadas), vulnerabilidade econômica e falta de saída para o mar acentuavam a dependência em relação à antiga metrópole (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 105).

O interesse francês em inviabilizar a construção de uma federação política influente pode ser atestado pela iniciativa de promover grupos mais frágeis. Assim, contou com o líder marfinense fortemente antifederalista Félix Houphouët-Boigny – à frente de uma das maiores economias entre suas colônias – para criar o *Conseil de l'Entente* ainda em 1959 (MYTELKA, 1974, p. 299). Costa do Marfim e Gabão, os dois pivôs econômicos da AOF e da AEF respectivamente, também se recusaram a consentir com uma futura união política que reconstituísse tais federações no pós-independência (MYTELKA, 1974, p. 297).

Em 1960, tornando-se independentes da França, os países que antes compunham a AOF e AEF formaram um grupo político de “inércia”, o Grupo de Brazzaville, pouco dispostos a avançar medidas exclusivamente africanas, preferindo manter seus laços com a França e o Mercado Comum Europeu (PADELORD, 1964, p. 523). Eles criaram em 1961 a União Africana e Malgaxe (UAM), com sua própria representação na Organização das Nações Unidas (ONU)⁸, que fazia pressão sobretudo à política ganense de incentivo aos movimentos de libertação nacional.

A partir da formação da UAM, novas estruturas foram criadas gradativamente, fragmentando o cenário político africano. Contribuiu para isto a

crise no Congo⁹, evento que dividiu as alianças dos Estados africanos, fazendo inclusive com que deixassem de votar em conjunto na ONU¹⁰.

Foi para discutir a questão do Congo que o Rei Mohammed V do Marrocos convocou uma reunião entre líderes africanos em janeiro de 1961. Participaram da reunião Gana, Guiné, Mali, a República Árabe Unida (presidida por Nasser), o Governo Provisório da República Argelina¹¹ (GPRA), a Líbia e um observador do Ceilão. Ao final da conferência,

9 Em janeiro de 1960, lideranças congoleesas e parlamentares belgas reunidos em conferência acordaram que, no dia 30 de junho de 1960, o Congo se tornaria independente. Eleições gerais foram marcadas para maio do mesmo ano e a maioria dos líderes estava envolvida na campanha eleitoral quando os belgas convocaram uma segunda conferência, desta vez para debater as questões econômicas. Para Weiss (2012, p. 113) foi nesta reunião, à qual foram enviados não os principais representantes congoleeses da época, mas jovens atores políticos, que se formaram as conexões entre interesses belgas e certos líderes da província de Katanga, o que resultou na sua predileção pela secessão. O resultado das eleições deu maioria ao Mouvement National Congolais (MNC), liderado por Patrice Lumumba, mas a Constituição, que havia saído da reunião de janeiro, dava aos belgas a iniciativa sobre quem seria convidado a formar o governo – e num primeiro momento buscaram outro nome para o cargo. Quando eventualmente conseguiu assumir como primeiro-ministro, Lumumba teve de confrontar a declaração de independência da província de Katanga, rica em minérios e controlada pelo partido pró-belga Conakat (*Confédération des Associations Tribales du Katanga*), liderado por Moïse Tshombe (WEISS, 2012, p. 114). A situação se desenvolveu rapidamente e em setembro de 1960 o então presidente Joseph Kasavubu (filial à ABAKO – *Alliance des Bakongo*) dispensou Lumumba como primeiro-ministro. Este questionou a legalidade da ação, mas Kasavubu era apoiado pelas Nações Unidas e por elementos do Exército congolês liderados por Joseph-Désiré Mobutu, o que lhe garantiu o controle da capital (WALLERSTEIN, 1969, p. 45). A situação fez com que a Assembleia Geral das Nações Unidas tivesse que decidir qual dos dois líderes teria sua delegação representada no foro e os Estados africanos foram forçados a tomar partido, em uma votação que revelaria sua divisão sobre o tema.

10 Os votos dissidentes haviam sido responsáveis pelo apoio a Kasavubu na ONU, ainda que os Estados africanos que efetivamente tinham tropas atuando na missão no Congo naquele momento tenham votado contra este líder (WALLERSTEIN, 1969, p. 45-47).

11 Braço político da Frente de Libertação Nacional, então em guerra contra a França.

8 Na primeira CIAS, havia-se chegado a um consenso acerca da participação dos africanos na ONU: seus representantes buscariam a articulação para votar em conjunto nos temas de maior interesse, de modo a fortalecer o continente como um todo. Com a UAM, este acordo foi desfeito.

os Estados participantes concordaram em manter a estrutura política do grupo, que ficou conhecido como Grupo de Casablanca. Seu propósito era avançar uma agenda que não apenas integrasse politicamente os Estados africanos soberanos, mas que criasse consenso em torno de aspirações e planos de ação conjuntos (WALLERSTEIN, 1969, p. 55).

Em maio de 1961, outro grupo se formaria. Em Monróvia, reuniram-se representantes de 20 Estados – Etiópia, Libéria, Líbia, Nigéria, Serra Leoa, Somália, Togo, Tunísia e os 12 membros da UAM. Seu interesse era criar uma estrutura africana fortemente ancorada no princípio de não interferência em assuntos internos de Estados soberanos. O Grupo de Monróvia representava a busca por uma unidade que derivava de questões pragmáticas (como a criação de um banco interafricano). Por isso, Wallerstein (1969) sugere que sua proposta seria a de uma “unidade como aliança”.

A divisão criada entre os Estados independentes africanos havia feito recuarem alguns dos seus mais importantes desenvolvimentos. O grupo de pressão formado pelos representantes africanos na ONU, por exemplo, já não funcionava efetivamente. O desejo de recuperar as atividades desse grupo e de conter a fragmentação política acabou levando à flexibilização do “núcleo revolucionário”. O primeiro passo foi chegar a um acordo sobre o Congo, o que foi possível ao articular em duas esferas de poder (presidência e parlamento) as lideranças apoiadas pelos grupos de Monróvia e de Casablanca. O passo seguinte seria chegar a uma harmonização semelhante quanto à unidade africana.

O principal desafio era acomodar os interesses divergentes dentro do próprio “núcleo revolucionário”. O desejo de formar uma estrutura pan-africana com uma direção política única acabou perdendo espaço. Prevaleceu o entendimento de que o colonialismo era um inimigo maior do que os regimes reacionários africanos e que uma estrutu-

ra única, abarcando todos os Estados – ainda que concessões fossem feitas – era essencial para apoiar os movimentos de libertação em territórios ainda sob jugo colonial ou sob regimes de segregação racial (WALLERSTEIN, 1969, p. 62-63). Assim, em maio de 1963, trinta chefes de Estado africanos reunidos em Adis Abeba chegaram a um acordo regido pelo desejo de salvaguardar e consolidar a independência, soberania e integridade territorial dos Estados envolvidos, além de combater o neocolonialismo em todas as suas formas (OAU, 1963).

De certo modo, haviam sido acomodados objetivos dos dois principais núcleos de interesse. Por um lado, consagrava-se o princípio de não-interferência e criava-se uma estrutura cuja ênfase estava na cooperação socioeconômica prática. Por outro lado, o órgão se comprometia a coordenar esforços para acelerar o processo de independência dos Estados ainda sob jugo colonial – “Dedicação absoluta à emancipação total dos territórios africanos que ainda são dependentes” (OAU, 1963, tradução nossa) – e afirmava uma política comum de não-alinhamento a nenhum bloco (OAU, 1963).

Com o compromisso firmado em Adis Abeba, esperava-se dos chefes de Estado signatários que desarticulassem os grupos que antes fragmentavam politicamente o continente. Como um gesto para a OUA, a UAM encerrou sua representação própria na ONU.

Conclusão

Kwame Nkrumah, primeiro presidente ganês, foi um dos articuladores da OUA e um influente defensor do pan-africanismo. Discutiu-se neste artigo sua trajetória política para avaliar sua contribuição para a formação de uma agenda continental africana – e, em última instância, para a criação da OUA, na medida em que ele organizou os primeiros encontros entre Estados independentes e levou para o continente a discussão sobre o Pan-africanismo.

Pode-se dizer que o que Wallerstein (1969) chama de “unidade como aliança”, ou seja, os países que entendiam a unidade africana mais como escolha prática do que como compromisso político-ideológico, foi vitoriosa ao conseguir inserir seus objetivos e preceitos na OUA. Entretanto, sem que o “núcleo revolucionário” original – aqueles que entendiam a “unidade como movimento” – houvesse dado início ao pensamento das relações diplomáticas de cada país africano como um assunto continental, é possível que não se tivesse chegado a uma organização nestas dimensões.

Vale lembrar que uma união política entre Estados independentes era uma inovação naquele momento histórico (a título de comparação, a Comunidade Econômica Europeia foi criada em 1957, dizia respeito a relações econômicas e comerciais, e tinha originalmente dimensões menos ambiciosas que a OUA). Isso nos permite notar um aspecto político peculiar ao continente africano: uma autonomia historicamente construída do ponto de vista coletivo para a organização de uma agenda continental, o que traz importantes contribuições, teóricas e práticas, para as Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

- AYITTEY, George B. N. The United States of Africa: A Revisit. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, v. 632, p. 86-102, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27895950>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BABOU, Cheikh Anta. Decolonization or National Liberation: Debating the End of British Colonial Rule in Africa. **Annals of The American Academy of Political and Social Science**, v. 632, p. 41-54, nov. 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27895947>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BUAH, F. K. **A History of Ghana**. Oxford: Macmillan Education, 1998.
- CHAZAN, Naomi et al. Inter-African Relations. In: CHAZAN, Naomi; LEWIS, Peter; MORTIMER, Robert A.; ROTHCHILD, Donald; STEDMAN, Stephen John. **Politics and society in contemporary Africa**. 3a ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.
- GRILLI, Matteo. Nkrumah, Nationalism, and Pan-Africanism: The Bureau of African Affairs Collection. **History in Africa**, v. 44, p. 295-307, 2017. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/665286>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- HARRIS, Joseph E.; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali. A; WONDJI, Christophe (Ed). **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, p. 849-872, 2010.
- HOUSER, George M. **No one can stop the rain: glimpses of Africa's liberation struggle**. Nova York: The Pilgrim Press, 1988.
- MYTELKA, Lynn K. A Genealogy of Francophone West and Equatorial African Regional Organisations. **The Journal of Modern African Studies**, v. 12, n. 2, p. 297-320, jun. 1974. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/abstract_S0022278X00009265>. Acesso em 10 jan. 2019.
- NKRUMAH, Kwame. **Africa Must Unite**. Nova York: Frederick A. Praeger Publisher, 1963.
- NKRUMAH, Kwame. **Ghana is free forever**. Acra, 6 de março de 1957. Discurso proferido em comemoração à independência de Gana. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/worldservice/focusonafrika/news/story/2007/02/070129_ghana50_independence_speech.shtml>. Acesso em 22 abr. 2018.
- OKON, Etim E. Kwame Nkrumah: the fallen and forgotten hero of African nationalism. **European Scientific Journal**, v. 10, n. 17, p. 50-77, jun. 2014. Disponível em: <<https://ejournal.org/index.php/esj/article/view/3547>>. Acesso em 22 abr. 2018.
- OAU. Organization of African Unity. **Charter**. Addis Abeba, 25 mai 1963. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/treaties/7759-file-oau_charter_1963.pdf>. Acesso em 20 out. 2017.
- PADELFOORD, Norman J. The Organization of African Unity. **International Organization**, v. 18, n. 3, p. 521-542, verão 1964. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/organization-of-african-unity/D57D227CC2CF166C48320A52736B53A6>>. Acesso em 10 jun. 2018.
- SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Nova York: Cambridge University Press, 2013.
- TERRETTA, Meredith. Cameroonian nationalists go global: from forest *maquis* to a Pan-African Accra. **Journal of African History**, v. 51, n. 2, p. 189-212, 2010.
- TUAFO, Kofi Yeboah. **Philosophy and opinions of Kwame Nkrumah: Axioms, Statements of Hope, Inspirations for the future**. Acra: African Stories, 2016.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Africa: The Politics of Unity**. Nova York: First Vintage Books Edition, 1969.
- WEISS, Herbert. The Congo's Independence Struggle Viewed Fifty Years Later. **African Studies Review**, v. 55, n. 1, p. 109-115, abr. 2012.